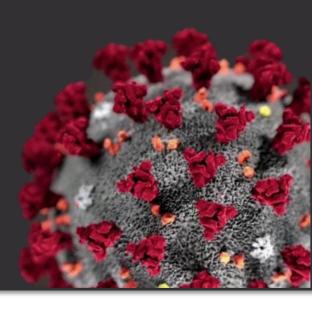
Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social — SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego — SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

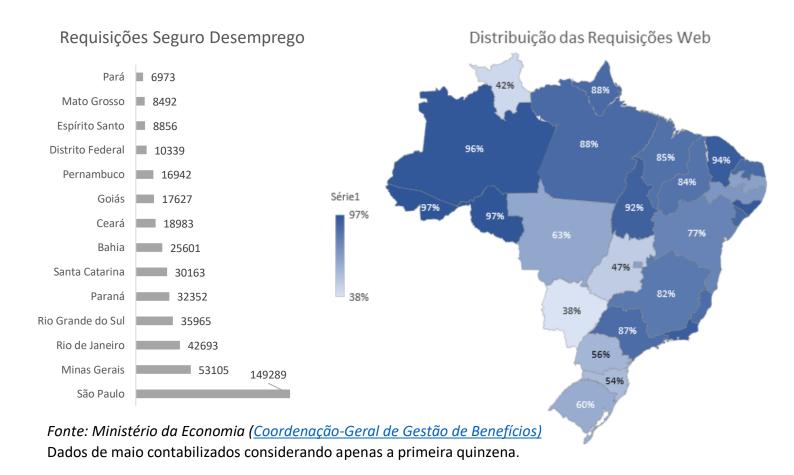
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE);
- Situação dos Empregos no Setor Industrial;
- o Impactos da COVID-19 sobre a Educação;
- o Condição Financeira dos Consumidores;
- Produção agrícola em Minas Gerais.

SEGURO DESEMPREGO

Requisições do benefício apresentam relativa estabilização em Minas Gerais durante a primeira quinzena de maio

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego, no Estado de Minas Gerais, na primeira quinzena de maio, apresentou relativa estabilização se comparado à segunda quinzena de abril, com ligeiro aumento de 0,16%, o que representa um acumulado total de 53.105 solicitações contabilizadas no primeiro levantamento de maio. Esse aumento sinaliza para uma possível estagnação no ritmo de desligamentos se comparado à segunda quinzena de abril, quando o total de benefícios requeridos foi de 53.019.

Se analisado em comparação com as demais unidades da federação, Minas Gerais ocupa a segunda posição no ranking de maiores demandantes do Seguro Desemprego, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo — que acumulava mais de 149 mil solicitações até a primeira quinzena de maio. O Estado do Rio de Janeiro aparece na terceira posição do ranking, com mais de 42 mil requisições do benefício. Além disso, destaca-se que a adesão das unidades da federação aos serviços digitais não tem ocorrido de forma homogênea, haja vista contrastes como, por exemplo, o Estado do Acre com 96,97% de solicitações Web e o Estado do Mato Grosso do Sul com apenas 37,61%. Os gráficos abaixo evidenciam essa realidade:



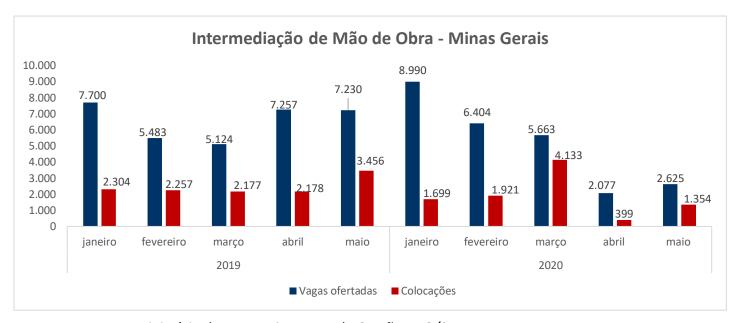
Os estados das Regiões Norte e Nordeste foram os que apresentaram os menores números de solicitações do Seguro Desemprego na primeira quinzena de maio, sendo o Estado de Roraima o líder desse ranking, com apenas 556 requisições. Outro aspecto interessante a ser ressaltado é que, o Estado de São Paulo, líder de demandas do benefício, também é a unidade da federação que mais concentra ocorrências e mortes por COVID-19 no país. Tal correspondência pode estar atribuída ao fato de que o estado possui uma grande densidade populacional, mas, ao mesmo tempo, pode evidenciar um agravamento dos impactos sobre o mercado de trabalho e sobre o fluxo de demissões frente ao avanço da pandemia.

ESTATÍSTICAS DO SINE

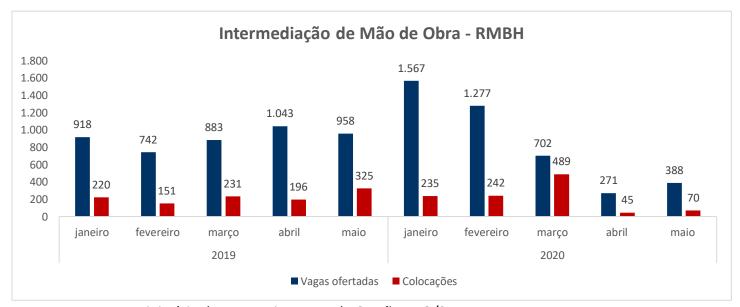
Serviços são oferecidos em regime de teletrabalho

As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 471.530 atendimentos entre janeiro e maio de 2020 (até 31/05), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019 – mesmo adotando-se o regime de teletrabalho. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD Dados referentes ao mês de maio computados até o dia 31/maio



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD Dados referentes ao mês de maio computados até o dia 31/maio

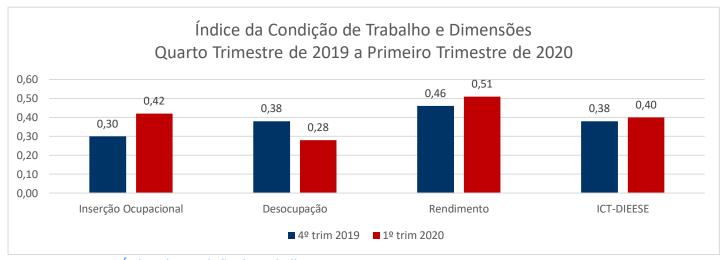
ÍNDICE DA CONDIÇÃO DE TRABALHO

Pesquisa do DIEESE mostra que mercado de trabalho nacional não foi impactado pela pandemia de COVID-19

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Índice da Condição de Trabalho (ICT) não mostrou impactos econômicos decorrentes da pandemia de COVID-19 no primeiro trimestre de 2020. O índice é um indicador que analisa a situação do mercado de trabalho com base em três dimensões, quais sejam: (i) inserção ocupacional, (ii) desocupação e (iii) rendimento. A partir dessas esferas, são atribuídos valores de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a condição de trabalho e, quanto mais próximo de 0, pior.

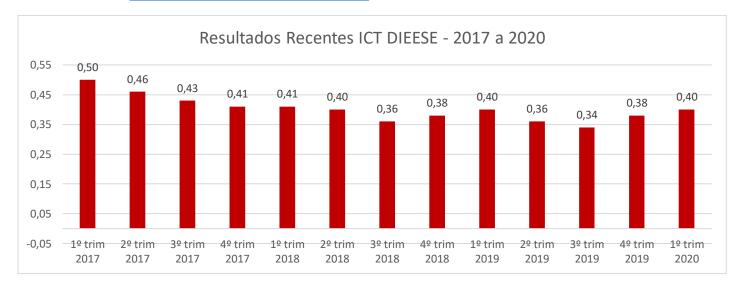
De forma geral, o ICT teve crescimento de 5,2% entre o quarto trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, passando de 0,38 para 0,40, de modo a indicar uma discreta melhora no mercado de trabalho no período. Ainda sem refletir os impactos da pandemia, as dimensões de inserção ocupacional e rendimento também tiveram aumento de, respectivamente, 40% e 10,8%. O resultado positivo no ICT-Inserção Ocupacional foi reflexo da maior proporção de empregados com carteira assinada em relação ao total de ocupados enquanto, a melhoria no ICT-Rendimento deveuse ao crescimento na remuneração média real e à redução na desigualdade de renda, na passagem do último trimestre de 2019 para o primeiro trimestre de 2020. Em contraposição a isso, a piora na dimensão de desocupação foi resultado do aumento de desempregados e desalentados, fazendo com que o indicador tivesse queda de 26,3% no período analisado. Segundo o DIEESE, o ICT-Desocupação só não foi menor porque, com o grande número de trabalhadores deixando o mercado, a força de trabalho total reduziu.

Esta é a segunda vez consecutiva que o Índice da Condição de Trabalho registra estabilidade na comparação entre primeiros trimestres, com pouca variação nas dimensões do indicador. Contudo, é válido destacar que o ICT permanece no patamar mais baixo desde o início da série, quando o melhor resultado foi registrado em 2014. Os gráficos abaixo mostram essas variações:



Fonte: Índice da Condição de Trabalho - DIEESE

Painel de Monitoramento



Fonte: Índice da Condição de Trabalho - DIEESE

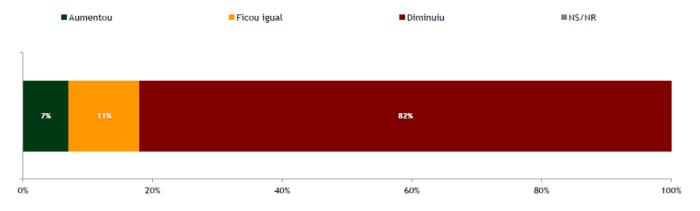
IMPACTOS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Maioria das empresas industriais não realizou demissões, apesar dos impactos econômicos sobre o setor

A pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), executada pelo Instituto FSB Pesquisa, buscou compreender o impacto, o posicionamento, as medidas de enfrentamento adotadas e as perspectivas dos empresários do setor industrial em meio à crise provocada pela pandemia de COVID-19 no país. Para a realização do estudo foram entrevistados, por telefone, executivos de 1.017 empresas industriais, que compuseram uma amostra representativa do total de empresas do setor em todo o Brasil. Os resultados possuem margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%.

A pesquisa mostrou que, após o início da pandemia, 75% das empresas no país sofreram redução na produção, ao passo que apenas 9% tiveram algum tipo de aumento. Ou seja, a diminuição da produção é uma realidade para 3 em cada 4 empreendimentos do setor industrial no Brasil. Outro resultado que chama atenção é o impacto da pandemia no faturamento dessas organizações. Para 82% o faturamento diminuiu quando comparado ao de 6 semanas atrás, tendo aumentado para apenas 7%.

Pergunta: Você diria que o faturamento bruto da sua empresa aumentou, ficou igual ou diminuiu nos últimos 45 dias?

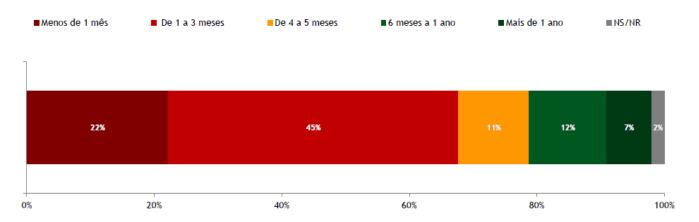


Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)/ Instituto FSB Pesquisa.

Quanto ao tamanho dos impactos no faturamento nas últimas 6 semanas, entre as empresas que experimentaram diminuição de receita (82%), a redução foi de 56%, em média. Já entre as indústrias cujo faturamento aumentou (7%), este crescimento foi de 28%, em média. Ou seja, a queda nos ganhos, além de uma tendência na indústria no Brasil, é também bastante acentuada.

Sobre o tempo médio que as empresas acreditam ainda conseguir funcionar, em meio à manutenção das medidas de isolamento social em boa parte do país, apenas para 32% este tempo é superior a três meses e, para 22%, é de até um mês, como pode ser observado em detalhes no gráfico abaixo:

Pergunta: Por quanto tempo a sua empresa possui condições financeiras para manter suas atividades em funcionamento, enquanto forem mantidas as medidas de isolamento social em boa parte do país?



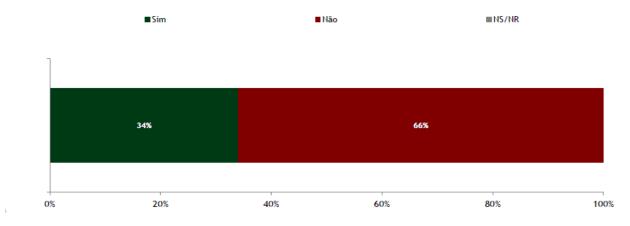
Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)/ Instituto FSB Pesquisa.

Painel de

Monitoramento

Sobre as medidas de enfrentamento aos impactos da crise econômica que envolvem a força de trabalho, chama atenção o fato de que, apesar dos impactos negativos na produção e no faturamento, a maior parte das empresas do ramo industrial tem evitado demitir funcionários. 66% não realizaram demissões de trabalhadores em função dos reflexos financeiros causados pela pandemia até o momento. Além disso, entre as empresas que ainda não realizaram demissões, 3 em cada 4 não pretendem adotar essa medida.

Pergunta: Em função dos impactos provocados pela pandemia de Coronavírus, sua empresa já demitiu funcionários, sim ou não?



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)/ Instituto FSB Pesquisa.

Esse resultado, embora não menospreze a gravidade da crise no mercado de trabalho e na economia, mostra uma resistência da indústria em adotar demissões de funcionários como primeiras medidas de enfrentamento aos impactos da pandemia na produção e faturamento das empresas, prezando pela manutenção dos vínculos empregatícios. Para tanto, tem-se priorizado medidas como acordos individuais de redução de jornada de trabalho, com diminuição proporcional dos salários ou suspensão temporária de contratos.



EDUCAÇÃO DA REDE PRIVADA

Risco de falência atinge metade das escolas do Brasil

De acordo com uma pesquisa encomendada pela União das Escolas Particulares de Pequeno e Médio Porte — uma organização criada para dar suporte às instituições de ensino durante a pandemia de COVID-19, a redução de receita ocasionada pela necessidade de concessão de descontos, atrasos nas mensalidades e cancelamento de matrículas tem feito com que muitas escolas decretem falência. A pesquisa foi realizada entre os dias 13 e 25 de maio, com proprietários de 482 colégios do ensino infantil ao médio, localizados em 83 municípios do país — o que representa 80% da rede privada de ensino no Brasil.

Segundo dados da pesquisa, a redução da receita já atinge 40% das instituições consultadas até abril, percentual este que deve aumentar para 50% até o final de maio. Além disso, 95% dos colégios respondentes declararam que já receberam pedidos de cancelamento de matrículas desde o início da pandemia. Segundo Tadeu Pontes, coordenador responsável pela realização da pesquisa, esse colapso no sistema de educação não é resultado propriamente da insatisfação dos pais com os métodos de ensino à distância e, sim, da redução da renda das famílias, o que tem tornado o custeio da educação privada inviável.

Antes do início da pandemia, os colégios registravam nível médio de atrasos nas matrículas de 9%, valor este que atingiu 17% em abril e com expectativa de crescimento para 22% até maio. Situação similar ocorre com o número de famílias inadimplentes, que deve crescer 133% desde o início da pandemia até maio. Estima-se também que a perda de alunos no período analisado chegue a 10%, situação esta que acende o risco de que este contingente de estudantes migre para a rede pública de ensino e cause sobrecarga de infraestrutura e precarização da educação.

A redução da receita é observada de forma semelhante entre escolas de nível infantil e ensino fundamental – ambas com redução de 54% no faturamento. Se analisados os colégios de ensino médio, esse déficit financeiro é um pouco maior – metade da receita anterior. Segundo Tadeu Pontes, a margem de lucro do segmento gira em torno de 15% e, considerando um cenário otimista, no qual os gestores poupem 5% desse faturamento em um fundo de emergência, a reserva já teria sido esgotada nesses três meses de pandemia. Nesse contexto de falência, uma das repercussões possíveis é a demissão de trabalhadores do ramo que, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), já somam 2.392 trabalhadores dispensados até abril de 2020 em todo o Estado de Minas Gerais.

CONSUMO

Pandemia provoca perda de renda dos consumidores

Uma pesquisa promovida pela área de Experiência do Cliente da empresa DMCard, realizada entre os dias 5 e 12 maio, buscou avaliar o comportamento do consumidor com suas finanças durante o período de pandemia e aponta que 69% das pessoas (15.010 entrevistados) tiveram algum tipo de perda financeira desde o início da quarentena. Desses, 62% acreditam que ainda vão enfrentar algum problema que os obrigará a atrasar o pagamento de suas contas.

Edicão nº 06

A Diretora de Marketing e Pessoas da DMCard, Sandra Castello, destaca que, a amostra da pesquisa é composta por pessoas que fazem uso do cartão de crédito, o que permite demonstrar um cenário real da capacidade de compra do consumidor ativo. Ademais, ainda é possível revelar "se ele sofreu perdas e como o bolo está sendo repartido para o consumo e pagamento das dívidas mais comuns no dia-a-dia da população". O infográfico abaixo retrata essa distribuição:

Prioridade de Pagamento das Contas



Fonte: Dados da DM Card. Elaboração própria.

Tal resultado evidencia uma realidade na qual o consumidor tem se mostrado preocupado com seu poder de compra e priorizado itens essenciais que podem ocasionar a interrupção de um serviço básico para o seu dia-a-dia. Além disso, o menor uso do cartão tradicional em detrimento do cartão de supermercado é justificado por dois fatores: por configurar-se como um risco para compra de itens supérfluos e pela dificuldade de ter crédito aprovado por instituições bancárias.

Ainda de acordo com a pesquisa, apenas 26% dos entrevistados afirmaram estar empregados no regime celetista, com registro em carteira profissional e sem nenhum tipo de redução em seus ganhos, enquanto outros 15% tiveram redução de carga horária e, consequentemente, em seus rendimentos. Em contrapartida, 12% foram totalmente afastados do trabalho ou tiveram seus contratos interrompidos e 15% já entraram na pandemia desempregados. Os entrevistados aposentados são 10% dos respondentes e 21% são profissionais autônomos.

Em relação ao auxílio emergencial criado pela Lei 13.982/2020, que prevê que trabalhadores autônomos, desempregados e microempreendedores de baixa renda afetados pela pandemia passam a ter direito ao recebimento de R\$ 600 oferecido pelo governo federal, a pesquisa destaca que 49% dos entrevistados tiveram acesso ao benefício, 33% não foram aprovados, outros 19% foram aprovados mas ainda não receberam e 17% ainda estão aguardando resposta.



RECORDE NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Crescimento esperado de 7,4% será consequência dos aumentos da produtividade e da área de cultivo

Apesar das adversidades impostas pela pandemia de COVID-19, a safra de grãos 2019/2020 em Minas Gerais se mantém positiva, inclusive com previsão de recorde, de acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). São esperados 15,3 milhões de toneladas - a maior safra desde 1976, um crescimento de 7,4% em relação à anterior. A safra atingiu esse patamar mesmo frente às adversidades como, por exemplo, o aumento no preço de alguns insumos, as dificuldades para escoar a produção e as adaptações para assegurar a saúde dos trabalhadores rurais em meio à pandemia.

As causas que levaram ao número recorde se devem, principalmente, ao aumento da área plantada e ao ganho de produtividade sobre os grãos, que cresceram, respectivamente, 2,2% e 5,1%. Além disso, os investimentos dos produtores em novas tecnologias e as condições climáticas favoráveis também contribuíram para que Minas Gerais chegasse a esse patamar de produção.

Entre os produtos que se destacaram estão a primeira safra do feijão (+21,7%), do amendoim (+16,7%), da soja (+15,9%) e as duas safras do milho (+3,6%). De acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), o bom resultado do feijão nesta primeira safra - com 192 mil

toneladas, sinaliza para a importância do grão para a economia de Minas Gerais que, inclusive, é o 2º maior produtor do Brasil, representando 17,7% da produção nacional.

Os dois grãos mais cultivados em Minas Gerais, que são o milho (previsão de 7,8 milhões de toneladas para as suas duas safras) e a soja toneladas), milhões (5,8)de também apresentaram aumentos na produção, conforme os dados da CONAB. No caso do milho, a safra já finalizada teve crescimento de 0,5%, e a previsão é que a 2ª safra, que iniciará em junho, aumente para 8,6%. A produção da soja passou de 5,0 para 5,9 milhões de toneladas na safra 2019/2020, com ganho de 4,6% na área cultivada e 10,9% produtividade.

Em se tratando do mercado de trabalho, apesar de boa parte dos vínculos serem informais devido à sazonalidade do cultivo, o Cadastro Geral de **Empregados** Desempregados (CAGED) registrou significativa movimentação de trabalhadores nesse segmento da produção de grãos durante o ano de 2019 em Minas Gerais. O cultivo de café lidera como maior empregador, totalizando mais de 60,8 mil admissões, seguido da soja e do milho com, respectivamente, 3,5 mil e 2.3 mil carteiras assinadas.